



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Parecer nº 129/2014-PG

Assunto: Análise do PL 131/2014 que obriga restaurantes a conceder desconto a pessoas que fizeram cirurgia bariátrica.

Referência: Pedido verbal/ informal da Diretora-Geral.

Interessado(s): Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ementa: Direito Constitucional. Organização do Estado. Organização Político-Administrativa. Projeto de Lei municipal proveniente do Poder Legislativo que cria obrigações às empresas privadas. Impossibilidade. Inconstitucionalidade formal orgânica. Competência legislativa do ente União para tratar da matéria (direito civil).

I. Relatório

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PL supra referido.
 2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise.
- É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

II. Fundamentação jurídica

3. Em que pese a presente proposta seja interessante, haja vista a preocupação com a defesa do consumidor, o Projeto não se apresenta em sintonia com o Ordenamento Jurídico. Vejamos:

4. A CRFB, no art. 22, I diz que:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADORIA-GERAL

5. Ou seja, nitidamente a competência para legislar sobre **direito privado** é da União, não cabendo ao Município se imiscuir nessa área, o qual, se o fizer, estará usurpando a competência de outro ente federado.

6. Em suma, não tem o(a) autor(a) da proposta legitimidade constitucional para a propositura desta, não sendo o caso de competência legislativa municipal.

III. Conclusão

7. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PL 131/2014 inconstitucional e ilegal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 20 de novembro de 2014.

Fernando Mizerski
Procurador